

OPINIÃO SOCIALISTA

FORA TRUMP E ISRAEL DO IRÃ

CONTRA AS AGRESSÕES IMPERIALISTAS DE TRUMP!

pag. 10 a 16

Manifesto

**POR UMA ALTERNATIVA
PARA ROMPER AS
ENGRENAGENS DO
SISTEMA CAPITALISTA**

pag. 61 a 64

Mulheres | 8 de Março

**CHEGA DE FEMINICÍDIOS
E DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES**

pag. 31 a 35

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4

NOTAS

**GOVERNO LULA ANULA
AUTUAÇÃO DA JBS POR
TRABALHO ESCRAVO**

Pág. 5 a 9

EDITORIAL

**É PRECISO ENFRENTAR
OS GANGSTERES QUE
COMANDAM O SISTEMA
CAPITALISTA**

Pág. 10 a 16

CENTRAIS

**FORA TRUMP E ISRAEL
DO IRÃ E DO LÍBANO! PELO
DIREITO DO IRÃ À
AUTODEFESA!**

Pág. 17 a 21

NACIONAL

**LUTA INDÍGENA DERROTA
PRIVATIZAÇÃO DO
GOVERNO LULA**

Pág. 22 a 25

NACIONAL

**“ME SUJEITEI A RETORNAR
AO TERRITÓRIO, MESMO
SABENDO QUE É UMA DAS
COISAS MAIS PERIGOSAS”**

Pág. 26 a 30

LUTAS

**VEM AÍ O 6º CONGRESSO DA
CSP-CONLUTAS**

Pág. 31 a 35

MULHERES

**CHEGA DE FEMINICÍDIOS
E DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES**

Pág. 36 a 39

INTERNACIONAL

**“É PRECISO ROMPER O
BLOQUEIO NA PRÁTICA:
PETRÓLEO BRASILEIRO
PARA CUBA JÁ!”**

Pág. 44 a 52

JUVENTUDE

**TRÊS ANOS DE GOVERNO
LULA: UM BALANÇO SOBRE
A CRISE DAS UNIVERSIDADES**

Pág. 53 a 60

NACIONAL

**PROPOSTA DE FEDERAÇÃO
COLOCA PSOL DIANTE
DO ESPELHO**

Pág. 60 a 65

PARTIDO

**UMA PRÉ-CANDIDATURA
REVOLUCIONÁRIA E
SOCIALISTA PARA
ENFRENTAR AS
ENGRENAGENS DO SISTEMA**

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

Governo Lula anula autuação da JBS por trabalho escravo



DA REDAÇÃO



Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho. Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), decidiu anular o auto de infração que responsabilizava a JBS Aves, do Grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, pelo uso de trabalho análogo à escravidão. A anulação foi publicada em 18 de novembro de 2025, mas só veio a público agora, porque o caso havia sido colocado sob sigilo pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os trabalhadores chegavam a cumprir jornadas excessivas de até 16 horas diárias e se alimentavam de frangos descartados por estarem fora do padrão exigido pela empresa. Na ocasião, também foram identificados casos de aliciamento, retenção de salários, endividamento e informalidade, além de cobranças indevidas e outras irregularidades.

Essa não é a primeira vez que o ministro tenta interferir no processo. Em setembro de 2025, Marinho já havia barrado a inclusão da JBS Aves na “lista suja”, que divulga os nomes de empregadores que submeteram trabalhadores a condições semelhantes à escravidão.

É preciso enfrentar os gangsteres que comandam o sistema capitalista



DA REDAÇÃO



Daniel Vorcaro

Enquanto fechávamos esta edição, o banqueiro Daniel Vorcaro, protagonista do escândalo do Banco Master, voltava à prisão. As primeiras revelações expunham detalhes sórdidos da atuação de um grupo mafioso que destinava R\$ 1 milhão só para ameaçar e coagir jornalistas e empregados, além de financiar órgãos de imprensa simpáticos ao banqueiro.

Vorcaro é a estrela da maior fraude bancária da história do país, que ultrapassa R\$ 40 bilhões em prejuízo. As novas revelações apontam a atuação de uma verdadeira milícia que, entre outras coisas, planejava “moer os dentes” de um jornalista que cobria seus crimes.

EXTREMA DIREITA, CENTRÃO, GOVERNO E JUSTIÇA ENVOLVIDOS

Vai faltar Rivotril em Brasília nos próximos dias. O que vai sair do celular de Vorcaro pode não deixar pedra sobre pedra. Da mensagem que o banqueiro mandou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), momentos antes de ser preso, perguntando àquele se “conseguiu bloquear”?, ao suicídio suspeito de seu comparsa também preso, Luiz Mourão (com o sugestivo apelido de Sicário), percebe-se que o banqueiro está metido com peixes grandes.

Foi revelado que Vorcaro comprou altos funcionários do Banco Central para que seu banco pudesse entrar no negócio de créditos consignados a aposentados durante o governo Bolsonaro, num esquema que cresceria com as fraudes no INSS. Foram revelados detalhes de sua aproximação com o presidente do PP, Ciro Nogueira, que tentou emplacar um projeto de lei para beneficiar o Banco Master. Uma das mensagens chama o senador de “amigo da vida”. Poucas semanas atrás, ficamos sabendo que o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) pegou um jatinho emprestado nas eleições de 2022.

Não para por aí. Já sabíamos que o cunhado de Vorcaro, o empresário e pastor Fabiano Zettel, abasteceu os cofres da campanha de Tarcísio de Freitas e Bolsonaro. Mas os tentáculos do banqueiro se alastram para todos os lados. O chefe da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) eram próximos de Vorcaro. Chegaram a articular uma reunião fora da agenda entre o banqueiro e Lula. A novidade agora é uma lista de

pagamentos a parlamentares, cujos nomes ainda não foram divulgados, mas é certo que é bem democrática, abarcando todos os setores políticos do Congresso Nacional.

ESCÂNDALO DESNUDA O SISTEMA

Para além de um escândalo a mais, a prisão de Vorcaro abre o que talvez seja a maior crise política dos últimos anos. O esquema revela sobretudo a promiscuidade de todos os poderes com o sistema financeiro. Se um banco considerado pequeno como o Master mantém esses figurões na mão, o que um banco grande não faz?

O que fazem à luz do dia, já sabemos: beneficiam-se com uma das mais altas taxas de juros do mundo e com uma política econômica de austeridade e arcabouço fiscal imposta pelo governo Lula e apoiada pela extrema direita e o centrão. A diferença fica por conta da dose: a extrema direita sonha em impor aqui o que Milei está fazendo na Argentina. Arrasar os direitos trabalhistas e impor jornada de 12 horas aos trabalhadores. O PT banca a política de arcabouço que desvia recursos de áreas como saúde, educação e salário mínimo e, no discurso, defende o fim da escala 6x1. Mas só até o ponto que não prejudique os empresários.

O governo Lula também avança as privatizações e a entrega do país, seja para o imperialismo estadunidense, que arrasa o Irã neste momento, seja para o imperialismo chinês, via acordos, ou para o decadente imperialismo europeu, pelo acordo Mercosul-União Europeia. Quem pagar mais leva. A extrema direita, por sua vez, que elogiou o tarifaço de Trump, só falta pedir a ele

que bombardeie também o Brasil.

PAPEL DA ESQUERDA DO SISTEMA

A crise política aberta com a nova prisão de Vorcaro se soma a um descontentamento crescente com as condições de vida da classe trabalhadora e da maioria da população. O povo trabalha cada dia mais, recebe menos e percebe a inflação no supermercado. Por isso os números supostamente alvissareiros divulgados pelo governo não se refletem na popularidade do governo Lula. Ao contrário, municiam a extrema direita a ponto de o insosso Flávio Bolsonaro empatar nas pesquisas com Lula no segundo turno.

Diante disso, a esquerda do sistema, como o PSOL, embrenha-se numa ferrenha disputa interna para decidir se entra ou não numa federação com o PT. A realidade, porém, é que, se muitos companheiros do PSOL se dizem contra a federação com o PT, este partido se mantém apoiando e permanece dentro do governo Lula, reforçando a lógica de sustentação ao governo e, por consequência, seu projeto, o que levou à proposta de federação. O ministro Boulos mostra isso de forma irrefutável, como na atuação junto aos indígenas, mentindo aos povos originários para privatizar os rios Tapajós e Tocantins.

A heroica luta dos povos originários, porém, derrotou o governo e sua tentativa de privatizar os rios e mostrou a necessidade do enfrentamento à sua política e projeto de país, que só interessa ao agronegócio, aos banqueiros e aos diferentes imperialismos.

O mesmo pode ser dito em relação à luta contra a escala 6×1. Sem uma mobilização forte e independente da classe trabalhadora, a jornada fica como está ou piora ainda mais.

É PRECISO UMA ALTERNATIVA REALMENTE ANTSSISTEMA

A esquerda do sistema joga com a chantagem da volta da extrema direita para seguir sustentando o governo. Com isso, apoia um governo que rifa os direitos dos trabalhadores, entrega o país, não enfrenta os empresários e não garante as reivindicações dos trabalhadores. Com isso, acaba dando corda para a própria extrema direita, que se vende como antissistema mesmo sendo sua parte mais podre.

Os trabalhadores não podem continuar reféns de alternativas que se propõem a gerenciar um capitalismo cada vez mais em crise e decadente. É preciso construir e fortalecer um projeto de classe, realmente antissistema, revolucionário e socialista, que apresente um programa concreto para os problemas da classe trabalhadora e dos setores mais oprimidos e marginalizados. Esse projeto só é viável se desmontarmos as engrenagens do sistema capitalista, atacando a grande propriedade e os capitalistas.

Para isso o PSTU está lançando um manifesto apresentando a pré-candidatura de Hertz Dias à presidência. Convidamos todos a conhecer e construir esse projeto.■

GUERRA IMPERIALISTA

Fora Trump e Israel do Irã e do Líbano! Pelo direito do Irã à autodefesa!

Por um Irã livre e dos trabalhadores! Nem ditadura religiosa nem monarquista!



FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)



Localização geográfica do Irã

No dia 28 de fevereiro, o imperialismo estadunidense e o Estado de Israel iniciaram uma agressão covarde contra o Irã. Foram milhares de bombardeios aéreos, terrestres e marítimos que atingiram alvos militares, governamentais e civis. Já são mais de 1.000 mortos, entre os quais o aiatolá Khamenei e outros 40 dirigentes da ditadura iraniana.

A maioria das vítimas são civis, entre as quais 165 meninas de 7 a 12 anos que estudavam numa escola primária bombardeada no sul do país. Além de escolas, foram bombardeados o Hospital Gandhi e praças públicas na capital, uma importante zona

industrial na grande Teerã e até mesmo a cidade de Sanandaj, de maioria curda.

O objetivo de Trump era repetir o modelo de agressão aplicado contra a Venezuela, ou seja, um ataque militar avassalador e rápido, seguido da decapitação de governantes e da capitulação do regime do país agredido. No entanto, ele foi surpreendido pelos abrangentes contra-ataques iranianos que atingiram bases militares e escritórios da CIA em vários países árabes, além de muitos alvos israelenses. Grupos aliados ao Irã no Iraque e no Líbano também fizeram ataques militares. O Irã exerce, dessa forma, seu direito legítimo de se defender de uma agressão militar.

Além disso, houve uma importante onda de protestos em várias cidades no Paquistão, onde os manifestantes invadiram a embaixada dos EUA em Karachi e houve dez mortos. Houve também importantes protestos em Bagdá e no Líbano.

OBSTÁCULOS A TRUMP

Trump enfrenta outros obstáculos dentro dos próprios Estados Unidos. Após os reveses frente à mobilização em Minneapolis e duas decisões da Suprema Corte contra suas decisões, agora ele tem uma oposição dentro das fileiras do seu movimento MAGA (Make America Great Again) que não quer o envolvimento dos Estados Unidos em guerras longínquas conforme Trump prometeu na campanha eleitoral.

Uma pesquisa apontou que apenas um quarto dos cidadãos do país apoiam a agressão militar, alertando que podem mudar de opinião se houver baixas de soldados americanos (já houve seis

baixas) ou diante de um crescimento da inflação. O crescimento da inflação é certo. O preço do barril do petróleo já subiu para US\$ 80, e o Irã anunciou o fechamento do estreito de Ormuz, o que deve empurrar o preço do petróleo para além de US\$ 100 o barril.

PROJETO DA “GRANDE ISRAEL”

O principal aliado de Trump é o Estado de Israel, que quer avançar o projeto da Grande Israel, com novas conquistas territoriais no sul do Líbano, tomando toda a região ao sul do rio Litani. Para isso, já iniciou uma criminoso agressão em larga escala contra o país árabe, atacando Beirute e todo o sul do país, provocando morte, destruição e dezenas de milhares de refugiados. Israel é auxiliado pela posição do governo libanês, que recuou as tropas da fronteira e proibiu o Hezbollah de atacar as forças sionistas que violam o acordo de cessar-fogo todos os dias, humilhando o povo libanês.

Além de novos territórios, Israel quer impôr sua hegemonia sobre toda a região, o que implica a destruição de toda a infraestrutura econômica e militar do Irã. A agressão contra o Irã serve de cortina de fumaça sobre o genocídio que Israel executa contra os palestinos em Gaza e na Cisjordânia. É importante lembrar que Israel depende do apoio material e militar dos Estados Unidos para esses objetivos e para sua própria sobrevivência.

OS ALIADOS DO IMPERIALISMO

Trump conta com os monarquistas iranianos organizados ao redor do filho do ex-xá Reza Pahlavi e com o partido MEK, ambos apoiadores de sua

agressão militar ao Irã. Essas organizações têm pouca presença dentro do Irã e repetem o mesmo erro do MEK quando apoiou a agressão militar iraquiana contra o Irã na década de 1980, traição esta que o povo iraniano nunca esqueceu nem perdoou.

Trump também negocia com dois partidos burgueses curdo-iraquianos liderados por Barzani e Talebani para constituir uma força militar que abra um novo frente de batalha contra o Irã. A recente experiência de outro partido curdo, o PYD na Síria, de aliar-se com o imperialismo estadunidense para ocupar territórios fora do Curdistão, revelou-se um desastre.

As milícias do SDF lideradas pelo PYD e armadas pelos Estados Unidos ocuparam cidades de maioria árabe na Síria, como Raqqa e Deir Zour, muito além do território curdo de Rojava, onde se transformaram numa força de ocupação. No momento em que o imperialismo estadunidense dispensou seus serviços, eles foram simplesmente expulsos, seja pelas forças do Estado Sírio (com aval dos EUA), seja pela própria população árabe dessas áreas ocupadas, deixando um rastro de violações de direitos humanos por todo o lado. Trump também pressionou os países imperialistas europeus que, com reticências, proveram ajuda militar para ações “defensivas”, expondo a subserviência europeia frente ao imperialismo estadunidense.

Além deles, há também os países árabes do golfo, liderados pela Arábia Saudita, cuja aliança com os Estados Unidos e a presença de bases militares terminou por transformá-los em alvos em meio a

esta guerra. Agora eles discutem atacar militarmente o Irã, tendo contra si a opinião pública antissionista de todos os países árabes. O Irã aposta que o alongamento e a regionalização da guerra trará profundos impactos econômicos sobre a economia mundial, o que obrigará Trump a retornar à mesa de negociação.

O objetivo de Trump era repetir o que fez na Venezuela: uma intervenção rápida seguida da capitulação do país atacado.

ISOLAMENTO

A omissão interesseira dos imperialismos chinês e russo e do governo Lula

Os imperialismos chinês e russo fizeram declarações diplomáticas contra a agressão militar ao Irã. É o mesmo que eles fizeram há oito meses, quando Israel e os Estados Unidos atacaram o Irã por doze dias.

Ao imperialismo chinês, não interessa entrar em confronto militar com a principal potência imperialista do mundo, mas sim seguir a disputa interimperialista por mercados, recursos naturais estratégicos e tecnologias. Além disso, a China é a segunda principal parceira comercial do Estado de Israel e não tem interesse em uma derrota sionista. Já o imperialismo russo, além das ótimas relações comerciais e políticas com o Estado de Israel,

depende de Trump para conseguir arrancar uma vitória contra a Ucrânia e, por isso, não tem nenhum interesse em contrariar o mandatário estadunidense.

No Brasil, o governo emitiu duas declarações diplomáticas. A primeira condena a agressão ao Irã. A segunda condena os ataques iranianos a alvos nos países do golfo. Esse posicionamento reflete a verdadeira prioridade do presidente Lula: sua reeleição em outubro. Para isso, Lula não quer abalar as atuais boas relações com Donald Trump, preferindo colocar o Brasil, uma vez mais, omisso perante as agressões militares contra Venezuela, Cuba e Irã.



Fonte: IRNA

SOLIDARIEDADE DE CLASSE

Todo apoio à auto-organização operária e popular iraniana

A classe trabalhadora e os movimentos sociais iranianos impulsionam uma onda de protestos

iniciados em 28 de dezembro, afogados em sangue pela ditadura iraniana nos dias 8 e 9 de janeiro, quando mais de 20 mil mlahares feridos e 50 mil presos.

Agora, além da ditadura iraniana, a classe trabalhadora enfrenta outros inimigos: o imperialismo estadunidense e o Estado de Israel. A experiência histórica ensina que toda intervenção estrangeira no Irã sempre implicou morte, destruição e ditadura.

O desafio da classe trabalhadora iraniana é, neste momento, derrotar a agressão militar imperialista e sionista e, ao mesmo tempo, unir os sindicatos independentes, os movimentos estudantis, os coletivos pelos direitos das mulheres, as famílias dos presos e desaparecidos políticos e as organizações das nacionalidades oprimidas para dar continuidade à sua luta pela libertação dos presos políticos, por melhores salários e pelo fim da ditadura iraniana.

O PSTU e a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional lutam pela derrota política e militar do imperialismo estadunidense e de Israel, o que fortaleceria as lutas dos povos do mundo inteiro contra os imperialismos e inviabilizaria o projeto sionista de Grande Israel.

Ao mesmo tempo, o PSTU e a LIT-QI apostam na auto-organização da classe trabalhadora iraniana para lutar por seus direitos democráticos e construir uma alternativa operária e popular que ponha fim à ditadura no país. ■

VITÓRIA

Luta indígena derrota privatização do governo Lula

Governo federal quer entregar as hidrovias dos rios da Amazônia às grandes empresas do agronegócio

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Indígenas comemoram a revogação do Decreto 12.600 | Foto: Gabriel Lobato/Divulgação

“A força das mulheres, dos jovens e das crianças vem do rio. A gente tem que proteger esse rio e essa floresta. Esse lugar é sagrado, é cemitério dos nossos antepassados que foram massacrados e agora viram a nossa vitória contra os grandões”, afirmou emocionada a liderança indígena Alessandra Munduruku após o anúncio da revogação do Decreto 12.600/2025, assinado pelo presidente Lula (PT).

“Eles não vão conseguir, porque somos movidos pelo rio, pela floresta, pela fé e pela resistência. Parecemos pequenos, mas somos gigantes quando enfrentamos o inimigo”, completou.

O anúncio da revogação foi comemorado com fogos de artifício pelos manifestantes que ocuparam por 33 dias o pátio da multinacional Cargill, no Tapajós. A mobilização reuniu mais de 20 etnias indígenas do Alto, Médio e Baixo Tapajós e pressionou o governo federal a recuar do projeto.

MEDIDAS EM FAVOR DO AGRONEGÓCIO

O Decreto nº 12.600/2025 previa a concessão à iniciativa privada de mais de 3 mil quilômetros de hidrovias nos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, com o objetivo de ampliar o transporte de soja, minérios e outras commodities.

A medida foi anunciada sem estudos oficiais detalhados sobre impactos ambientais e sem consulta prévia às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

O projeto integra um conjunto de iniciativas do governo federal voltado à expansão da logística do agronegócio no Norte do país, conhecido como “Corredor do Arco Norte”. Entre as obras previstas, estão o asfaltamento da BR-319, ligando Manaus a Porto Velho, e a construção da Ferrogrão, ferrovia que pretende conectar Sinop (MT) aos portos do Pará. Segundo ambientalistas e lideranças locais, esses projetos vêm sendo implementados sem diálogo com as populações tradicionais e sem avaliações completas de impacto socioambiental.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Além da privatização das hidrovias, o decreto autorizava dragagens e intervenções para ampliar a navegação de grandes embarcações de carga.

Especialistas apontam que a pavimentação da BR-319 tende a aumentar o desmatamento ao facilitar o acesso de madeireiros, grileiros e outras atividades ilegais a áreas antes isoladas da Amazônia.

Já a Ferrogrão pode ampliar a fronteira agrícola em direção ao interior da floresta. O traçado previsto atravessa unidades de conservação e áreas próximas a territórios indígenas e quilombolas.

Impactos apontados por pesquisadores e movimentos sociais:

- | Aumento do desmatamento e da fragmentação de habitats;
- | Pressão sobre territórios indígenas e comunidades tradicionais;
- | Alterações nos modos de vida locais, com redução da pesca e impactos na agricultura de subsistência;
- | Poluição dos rios e risco à segurança hídrica das populações ribeirinhas.

VITÓRIA DO ENFRENTAMENTO

Agronegócio e expansão da fronteira agrícola

A expansão da infraestrutura logística na Amazônia está ligada ao crescimento da produção agrícola

voltada à exportação. O comércio global de grãos é dominado por grandes multinacionais como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company, que controlam grande parte do processamento e da comercialização de soja no mundo.

No Brasil, o avanço da fronteira agrícola já provocou a destruição de cerca de metade do Cerrado e pressiona biomas como Pantanal e Amazônia. Estudos apontam que o setor agropecuário responde por aproximadamente 75% das emissões nacionais de gases de efeito estufa, considerando desmatamento e mudanças no uso do solo.

Além dos impactos ambientais, o modelo de expansão do agronegócio também está associado a conflitos fundiários, concentração de terras e disputas com comunidades tradicionais.



Indígenas comemoram a revogação do Decreto 12.600 | Foto: Teia dos Povos/Divulgação

UMA VITÓRIA DA MOBILIZAÇÃO

A revogação do Decreto 12.600/2025 representa uma vitória significativa da mobilização indígena e dos movimentos sociais. A ocupação prolongada e os protestos pressionaram o governo Lula a rever a medida após semanas de resistência.

Mesmo após promessas públicas de revisão, o governo federal havia lançado um edital de R\$ 74,8 milhões para serviços de dragagem no Tapajós, o que aumentou a tensão com as comunidades da região.

Para as lideranças indígenas, a revogação demonstra que a mobilização coletiva pode barrar projetos considerados prejudiciais aos territórios e aos modos de vida das populações da floresta. A luta no Tapajós também recoloca no debate nacional o modelo de desenvolvimento capitalista voltado para a Amazônia, pois nesse sistema não há equilíbrio entre exploração e preservação ambiental e direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. ■



Indígenas comemoram a revogação do Decreto 12.600 | Foto: Teia dos Povos/Divulgação

ENTREVISTA

“Me sujeitei a retornar ao território, mesmo sabendo que é uma das coisas mais perigosas”

 ROSI PANTOJA,
DE BELÉM (PA)



Erasmo Teófilo. Fonte: Arquivo Pessoal

A violência no campo tem se intensificado nos últimos anos. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) referentes a 2024, o estado do Pará ocupou o segundo lugar no ranking nacional de conflitos no campo, registrando um aumento de 75% no número de assassinatos relacionados a conflitos rurais em comparação com o ano anterior.

É neste contexto que vive atualmente Erasmo Teófilo, liderança camponesa que tem

protagonizado diversas lutas contra o latifúndio e em defesa da reforma agrária sob controle dos trabalhadores. E que concedeu uma entrevista ao Opinião Socialista.

OS: ERASMO, O QUE LEVOU VOCÊ A SE ENGAJAR NO MOVIMENTO CONTRA O LATIFÚNDIO? CONTE FOI SUA TRAJETÓRIA DE LUTA.

Minha trajetória de luta no movimento social começou aos 16 anos, quando fundei, junto com companheiros e companheiras, a Associação de Pessoas com Deficiência (APDT), no município de Altamira. Desde então, assumi o compromisso de organizar o povo e enfrentar as injustiças sociais. Fui educado na luta pelo meu pai, que era uma grande liderança camponesa na região da Transamazônica. Depois teve que se transferir para o local onde vivemos atualmente por conta das perseguições que meu pai sofreu. Apesar de ter mudado de município, seguimos lutando, também para fortalecer a resistência dos trabalhadores em Anapu, no Pará, município de muitos conflitos e onde foram assassinadas Dorothy Stang e outras lideranças. Em meados de 2008, chegamos à região e construímos uma forte mobilização coletiva, conquistando a tão sonhada terra para os agricultores e agricultoras, entre eles meus pais, que vivem no Travessão Flamengo Sul. Assim entendemos que com organização se conquista vitórias, então seguimos lutando.

A RESISTÊNCIA E A LUTA TÊM CONQUISTAS E TAMBÉM TRAZ CONSEQUÊNCIAS. VOCÊ HOJE CORRE RISCO DE MORTE POR CONTA DO AGRONEGÓCIO E MINERAÇÃO? COMO VOCÊ VÊ ISSO?

Minha vida atualmente se resume a sobreviver para poder viver. É estranho, mas é isso: primeiro sobrevivo para depois viver, devido a todas as

situações de segurança e de tentativas de tirar a minha vida através da luta camponesa e tudo que a gente representa enquanto ideia de lutar contra a exploração do capitalismo e os grandes projetos agropecuários, commodities na nossa região, tão atacada pela grilagem de terra para exploração agropecuária e de commodities.

Aqui não estou salvo. Me tornei um símbolo de uma luta por igualdade. Mas sigo ameaçado, sofri vários atentados contra minha vida. Mas sei que fiz a luta ser vitoriosa. E é essa força que incomoda os grileiros, sou uma ameaça ao projeto de exploração deles.

Porém meu pai está passando por dificuldade de saúde, e eu me vejo na obrigação de prestar apoio, por isso, me sujeitei a retornar ao território, mesmo sabendo que é uma das coisas mais perigosas.

Apesar das ameaças tenho orgulho da minha trajetória, porque se ficarmos calados também perdemos nossas vidas para o latifúndio agroexportador. Por isso não fico quieto, sigo lutando e me posicionando.

COMO VOCÊ VÊ AS LUTAS GERAIS QUE ESTÃO ACONTECENDO NA REGIÃO AMAZÔNICA? E O QUE ELAS REPRESENTAM PARA A SUA LUTA?

A região Amazônica está vivendo um saque pelas grandes empresas, e nosso povo, indígena, povos tradicionais, camponeses estão colocando essa luta em evidência. A derrota do Decreto 12.600 foi muito importante para o movimento que resiste e luta contra a exploração capitalista.

Nós aqui não lutamos somente pela conquista do

assentamento, lutamos por dignidade e contra os grandes projetos, contra a exploração da Belo Sun, mineradora canadense que quer transformar nossos territórios no maior garimpo do mundo. Lutamos contra a violência produzida pelo agronegócio minerador, que criminaliza os lutadores, ameaça e nos tira do território para facilitar sua expansão.

É fundamental que o movimento tenha um projeto político independente dos governos. Os povos indígenas lutaram para derrotar o decreto que privatizava os rios Tapajós, Madeira e Tocantins assinado pelo governo Lula. Isso logo após a COP30, em que houve declarações públicas do secretário do governo, Guilherme Boulos, afirmando que haveria consulta livre, prévia e informada aos povos tradicionais conforme determina a Convenção 169 da OIT. Mas isso não ocorreu. Os povos indígenas deram a resposta da consulta ocupando a Cargill, empresa que enriquece com a exploração de nossos territórios.

Diante disso, fica evidente a necessidade de organizações independentes de governos e do grande capital, que podem garantir a defesa real dos territórios e dos direitos dos povos. Nesse sentido, o PSTU e a CSP-Conlutas são fundamentais para construir essa luta independente de governos e patrões. Não podemos deixar que pautas tão importantes e que dizem respeito a vida dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos camponeses sejam negociadas por governos para atender ao grande capital.■

ORGANIZAÇÃO

Vem aí o 6º Congresso da CSP-Conlutas

Operária e popular, com independência de classe, internacionalismo



CLEBER RABELO,
DA DIREÇÃO NACIONAL DO PSTU



Entre os dias 18 e 21 de abril, no Clube Guapira, em São Paulo (SP), será realizado o VI Congresso da CSP-Conlutas. Sob o lema “Independência de classe, luta e internacionalismo: construindo uma alternativa operária e popular”, o encontro acontecerá no marco dos 20 anos de fundação da central. O objetivo é fortalecer seu caráter sindical e popular, organizando trabalhadores do campo e da cidade, movimentos populares e setores em luta contra as opressões, como o machismo, o racismo, a lgbtfobia e outras formas de exploração e discriminação.

As transformações no mundo do trabalho, marcadas por precarização, terceirização,

pejotização, trabalho por aplicativos e uberização, também impõem novos desafios à organização da classe trabalhadora e, nesse sentido, a central aposta na incorporação dos novos setores que surgem fora das estruturas sindicais tradicionais, ampliando a unidade entre trabalhadores formais e informais, juventude e movimentos sociais.

DEMOCRACIA OPERÁRIA

Desde fevereiro, sindicatos, oposições sindicais e movimentos populares iniciaram a realização das assembleias que elegem os delegados ao encontro. Foram apresentadas contribuições nacionais por entidades e correntes sindicais e políticas, que servirão de base para os debates nas assembleias, grupos de trabalho e plenárias. Até o dia 17 de março, as bases debaterão os desafios políticos e organizativos da CSP-Conlutas para o próximo período, fortalecendo a construção coletiva das resoluções que serão discutidas e votadas no congresso.

ENTREVISTA

Bloco Operário e Popular apresenta propostas classistas e socialistas para o congresso

O Bloco Operário e Popular, composto por dezenas de sindicatos, movimentos populares e organizações de luta contra as opressões, apresentou suas propostas ao VI Congresso da CSP-Conlutas. Confira a entrevista com Luiz Carlos Prates, o Mancha, integrante da

Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, que também compõe o bloco.

COMO O BLOCO AVALIA O MOMENTO POLÍTICO INTERNACIONAL?

Vivemos um período de profundas turbulências e reorganização da ordem mundial, marcado pela disputa entre grandes potências imperialistas, especialmente Estados Unidos e China. Esse cenário aprofunda crises econômicas, guerras, polarização social e destruição ambiental. Na América Latina, vemos uma ofensiva imperialista que ameaça a soberania dos países da região e amplia essa instabilidade política e os ataques à classe trabalhadora.

QUAL TEM SIDO O PAPEL DA CSP-CONLUTAS NESSE CONTEXTO?

Mesmo sendo uma central ainda pequena, temos cumprido um papel importante ao reunir setores dispostos a enfrentar tanto a agressão imperialista quanto os ataques aos trabalhadores. Nós nos posicionamos contra intervenções externas, como no caso da Venezuela, sem apoiar governos que aplicam políticas contra o povo trabalhador. Também estivemos na linha de frente da solidariedade internacional, denunciando o genocídio promovido pelo Estado de Israel contra o povo palestino e apoiando a resistência ucraniana diante da agressão russa.

E QUAL É A AVALIAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO BRASILEIRA?

O governo Lula manteve reformas profundamente prejudiciais à classe trabalhadora, como a trabalhista e a da

Previdência, além de seguir aplicando políticas de ajuste fiscal por meio do arcabouço fiscal. Esse cenário gera frustração social, enquanto a extrema direita tenta capitalizar o descontentamento para fortalecer um projeto autoritário ainda mais favorável aos grandes empresários. É uma suposta polarização, mas que envolve dois projetos burgueses.

QUAL DEVE SER A POSIÇÃO DA CSP-CONLUTAS DIANTE DESSA SITUAÇÃO NO PAÍS E QUAL A SAÍDA DEFENDIDA?

A central precisa manter sua independência política frente aos dois blocos burgueses em disputa. Nossa tarefa é construir uma oposição de esquerda, baseada nas lutas concretas da classe trabalhadora, apresentando uma alternativa própria, que aponte para uma saída classista e socialista dos trabalhadores.

Defendemos um programa que aponte um novo rumo para o país, baseado na ruptura com o sistema capitalista e com o poder dos grandes bancos e empresas. É necessário construir um projeto socialista, com poder político e econômico nas mãos dos trabalhadores.

UNI-VOS

Internacionalismo marca presença no VI Congresso

O VI Congresso da CSP-Conlutas contará com a participação de organizações sindicais e populares de diversos países e continentes.

Entidades da França, Espanha, Colômbia, Palestina, Ucrânia, Estados Unidos, Argentina e

Itália já confirmaram presença e participarão de mesas e atividades políticas ao longo do congresso, fortalecendo a troca de experiência e a solidariedade entre os povos em luta.

Como continuidade desse processo, será realizado no dia 22 de abril um encontro internacional, reunindo delegações estrangeiras e organizações brasileiras para debater a ofensiva imperialista na América Latina e no mundo, bem como as formas de enfrentamento por meio da solidariedade internacional e da luta organizada da classe trabalhadora. ■

Faça parte dessa construção

[CLIQUE AQUI](#)



8 DE MARÇO

Chega de feminicídios e de violência contra as mulheres



SECRETARIA NACIONAL
DE MULHERES DO PSTU



Ato em Belo Horizonte pelo direito das mulheres

O Brasil vive uma onda brutal de violência contra as mulheres. Quatro mulheres são assassinadas por dia por razão de gênero. Em 2025, foram mais de 1.470 feminicídios, o maior número já registrado. Entre 2015 e 2025, mais de 13 mil mulheres tiveram suas vidas arrancadas pelo machismo. Estupros, agressões e casos de violência doméstica seguem em níveis alarmantes.

A violência está enraizada em um sistema baseado em desigualdade, precarização do trabalho e ausência de políticas públicas estruturais. Mulheres trabalhadoras – em especial negras, periféricas e pobres – são as principais vítimas.

LULA GOVERNA PARA A BURGUESIA, E MULHERES SEGUEM DESPROTEGIDAS

O governo Lula é responsável por essa realidade. Ele mantém o arcabouço fiscal, destina bilhões ao pagamento da dívida pública e garante os interesses dos bancos e do grande empresariado, enquanto os recursos para enfrentar a violência são irrisórios.

Em 2024, segundo o Ilaese, foi destinado apenas R\$ 0,11 por mulher ao combate à violência. O pacto contra o feminicídio, anunciado após a pressão do levante de mulheres, é propaganda vazia: não possui orçamento próprio nem medidas estruturais.

Lula governa em aliança com partidos conservadores que atacam os direitos das mulheres. Essa governabilidade é sustentada por PT, PSOL e PCdoB, que priorizam a estabilidade institucional em vez das necessidades urgentes das trabalhadoras.

Setores como a UP, apesar da retórica radical, poupam o governo na prática. E a chamada esquerda do PSOL faz críticas pontuais, mas vota com o governo no Congresso e mantém o apoio crítico. Sustentam um projeto que preserva acordos com o capital enquanto nossas pautas são negociadas nos bastidores.

Pacto contra feminicídio anunciado após a pressão do levante de mulheres não possui orçamento próprio nem medidas estruturais.

Extrema direita não é alternativa

A extrema direita brasileira se articula com o projeto internacional representado por Trump nos EUA. Trata-se de uma ofensiva contra direitos democráticos, mulheres, LGBTI+, negros e povos oprimidos.

As políticas de Trump contra a Venezuela e o chamado plano de paz para a Palestina expressam um projeto imperialista que impõe sofrimento aos trabalhadores e às mulheres desses territórios. O mesmo se verifica na prolongada guerra na Ucrânia.

No Brasil, bolsonaristas e setores conservadores se alinham a essa agenda reacionária. Quando Lula negocia com o imperialismo e preserva interesses dos EUA, ajuda a manter a estabilidade de uma ordem mundial que oprime mulheres e povos.

VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO DE ESTADO

A violência também se manifesta na ação do Estado nas periferias. A juventude negra é alvo sistemático da violência policial. Mães trabalhadoras enterram seus filhos vítimas de chacinas, execuções e operações policiais que transformam territórios populares em zonas de guerra.

A violência de gênero caminha lado a lado com o racismo e a repressão de Estado. Não é possível combater o feminicídio sem enfrentar o modelo de segurança pública que produz morte nas periferias.

NOSSOS ALIADOS SÃO OS EXPLORADOS E OPRIMIDOS

As aliadas das mulheres trabalhadoras não são as mulheres da burguesia ou as que governam para ela. Nossos aliados são os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, a juventude precarizada, o povo negro das periferias, os povos indígenas, as LGBTI+ e todos os setores oprimidos pelo capitalismo.

O machismo serve aos patrões, pois divide os trabalhadores e aprofunda a exploração. Essa não é uma luta contra os homens da nossa classe, mas contra um sistema que utiliza a opressão para ampliar seus lucros. Ao enfrentar o machismo, as mulheres fortalecem a unidade da classe trabalhadora contra as ideias reacionárias. Só uma classe que enfrenta suas próprias divisões pode derrotar o sistema que lucra com elas.

PROGRAMA SOCIALISTA

Enfrentar o sistema para derrotar a violência

Diante da barbárie e da ausência de medidas estruturais, a resposta vem das ruas. O levante de mulheres contra os feminicídios mostrou que não aceitaremos mais isso.

Essas medidas só avançarão com organização independente da classe trabalhadora e mobilização permanente em locais de trabalho, bairros, escolas e universidades. É preciso fortalecer comitês de luta, greves e jornadas que enfrentem tanto o governo quanto a extrema direita.

Lutamos por conquistas dentro do capitalismo, mas sabemos que a violência contra as mulheres só será erradicada com uma estratégia socialista que coloque a riqueza produzida pela classe trabalhadora sob controle de quem trabalha.

PSTU defende:

- | Recursos imediatos e massivos para políticas de proteção às mulheres, com orçamento real e permanente;
 - | Investimento em casas-abrigo, equipes especializadas e atendimento público de qualidade;
 - | Direito ao aborto legal e seguro pelo SUS;
 - | Emprego com direitos, salário digno e independência econômica para as mulheres;
 - | Fim da escala 6x1;
 - | Revogação do arcabouço fiscal;
 - | Fim da violência policial e do racismo de Estado nas periferias. ■
-

Faça parte dessa construção

[CLIQUE AQUI](#)

IMPERIALISMO

“É preciso romper o bloqueio na prática: petróleo brasileiro para Cuba já!”



PSTU-RJ



Esfera de armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP). Foto: André Motta de Souza / Agência Petrobras



O **Opinião Socialista** conversou com Eduardo Henrique, diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), da Federação Internacional dos Trabalhadores de Energia e Hidrocarbonetos da América Latina e do Caribe (Fitehlyc), da Executiva Nacional da CSP-Conlutas e militante do PSTU. Ele explica por que o que acontece hoje em Cuba é um crime do imperialismo estadunidense e qual deve ser a resposta da classe trabalhadora no Brasil.

OS – O QUE ESTÁ ACONTECENDO HOJE EM CUBA?

O que está acontecendo é um crime do imperialismo estadunidense. O bloqueio de petróleo imposto pelos Estados Unidos, intensificado com as medidas de Trump, é um ataque direto às condições de vida de um povo inteiro. Não é sanção, não é pressão diplomática: é guerra econômica contra um país pobre com o objetivo de dobrar um povo pela fome, pelo apagão e pelo desespero.

A crise energética chegou ao ponto em que a iluminação em grandes cidades de Cuba caiu em até 50%. Isso significa hospitais funcionando no limite, cirurgias canceladas, escolas às escuras, filas enormes por falta de combustível. A geração de energia, que já sofria com infraestrutura obsoleta, entrou em colapso com a redução drástica do envio de petróleo. Isso é resultado direto do bloqueio e do corte de fornecimento, planejado e aplicado por Trump.

QUAL O PAPEL DOS TRABALHADORES BRASILEIROS, EM ESPECIAL DOS PETROLEIROS, DIANTE DISSO?

Nós, trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, e em especial a categoria petroleira, não podemos assistir de braços cruzados. O petróleo que produzimos aqui é riqueza social, é fruto do nosso trabalho, pode e deve ser instrumento de solidariedade internacional com um povo que está sendo atacado pelo imperialismo.

Por isso foi tão importante a iniciativa da FNP, do Sindipetro-RJ e outras organizações políticas de convocar um ato em defesa do envio de petróleo brasileiro, através da Petrobras, para Cuba. Exigimos isso do governo Lula e da direção da

empresa. Não basta fazer discurso contra o bloqueio em reunião diplomática; é preciso romper na prática com essa política criminoso. O envio de petróleo brasileiro para Cuba é uma medida concreta de solidariedade internacional, uma resposta direta ao bloqueio dos Estados Unidos. A produção de uma semana da Petrobras é suficiente para suprir a necessidade de Cuba por um ano.

Não basta discurso contra o bloqueio, o governo Lula e a Petrobras devem romper, na prática, o bloqueio criminoso à Cuba.

ALGUNS SETORES DA ESQUERDA DEFENDEM O GOVERNO CUBANO DE FORMA ACRÍTICA. COMO SE POSICIONAR DIANTE DO REGIME DE DÍAZ-CANEL?

Nossa posição, como PSTU e como parte da LIT-QI, é categórica: nossa solidariedade é com o povo cubano, com a classe trabalhadora, e não com o governo burocrático e capitalista de Díaz-Canel. Enquanto o imperialismo estrangula Cuba de fora, por dentro o governo mantém salários miseráveis, repressão contra manifestantes, presos políticos e segue investindo milhões em hotéis de luxo enquanto falta comida, luz e remédios para o povo.

Nós não aceitamos a chantagem de que, para combater o imperialismo, temos que fechar os olhos para a burocracia. O regime atual em Cuba não representa o socialismo, mas uma casta que

governa acima e contra os trabalhadores. Socialismo de verdade é poder dos trabalhadores, com democracia operária, liberdade de organização e decisão desde a base, e isso hoje não existe em Cuba.

ENTÃO A LUTA É CONTRA O IMPERIALISMO E TAMBÉM CONTRA O REGIME CUBANO? COMO COMBINAR ESSAS DUAS COISAS?

Exatamente. Nossa tarefa é dupla. De um lado, denunciar com toda força o bloqueio dos EUA, exigir seu fim imediato e organizar a solidariedade ativa, material, da classe trabalhadora de todo o mundo com o povo cubano. Enfrentar o projeto de Trump de transformar a América Latina no quintal dos EUA. Quando um país imperialista ataca um país dominado, devemos em primeiro lugar sair em defesa do país atacado pelo imperialismo, como é o caso agora.

De outro, não dar nenhum apoio político ao regime de Díaz-Canel e defender o direito dos trabalhadores cubanos de se organizarem de forma independente, de lutarem contra a burocracia e de construírem um verdadeiro poder operário. Nós dizemos: abaixo o bloqueio imperialista de Trump! Abaixo também a repressão burocrática contra o povo! A alternativa é o protagonismo da classe trabalhadora, retomando as conquistas da revolução e avançando para um socialismo com democracia operária. ■

Uma semana de produção da Petrobras pode suprir Cuba por um ano.

Três anos de governo Lula: um balanço sobre a crise das universidades



REBELDIA
JUVENTUDE DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA



Atos em São Paulo 1º de Maio. Foto: Maísa Mendes

A eleição de Lula contou com o apoio de setores expressivos da comunidade universitária. Durante o governo Bolsonaro, a extrema direita atacou diariamente as universidades públicas e a produção científica. Felizmente, essa corja foi derrotada eleitoralmente, ainda que siga como força social.

Lula anunciou que faria tudo diferente na Educação. Passados três anos de governo, é preciso fazer um balanço. O governo Lula cumpriu suas promessas de campanha quanto às universidades e à educação? Qual a situação das universidades hoje, no governo de colaboração de classes do PT?

ARCABOUÇO FISCAL E CORTE DE VERBAS A SERVIÇO DO DESMONTE DA EDUCAÇÃO

Desde a eleição de Lula, dissemos que sua política era de colaboração com a burguesia e o centrão/direita e que, portanto, formaria um governo a serviço dos bilionários. Em nome disso, rifaria as demandas dos trabalhadores e da juventude. Por isso, alertamos a juventude a não ter ilusões no novo governo e nos colocamos como oposição de esquerda e socialista.

No primeiro ano de governo, Lula realizou a PEC da transição, que liberou verba bilionária para além do orçamento oficial. Daí, realizou o reajuste do valor das bolsas CNPq e Capes, e direcionou verba para que universidades não fechassem as portas. Depois, criou o Pé-de-Meia Licenciaturas, anunciou a criação de novos campi de Institutos Federais e declarou que passaria a existir diálogo entre o governo e a comunidade acadêmica. Supostamente, a realidade das universidades deveria melhorar.

No entanto, uma das primeiras medidas do governo foi o arcabouço fiscal, que manteve o teto de gastos dos governos Temer e Bolsonaro. Isso significou cortes de verbas nos setores sociais para garantir mais recursos públicos para o pagamento de banqueiros e do grande capital pelo mecanismo da dívida pública.

Nestes três anos, a Educação sofreu com cortes sistemáticos. Para 2026, o Congresso Nacional aprovou uma proposta orçamentária que retira R\$ 488 milhões das universidades públicas (redução de 7,05% em relação à 2025), sendo R\$ 100 milhões só da assistência estudantil.

Também houve cortes nas agências de fomento à pesquisa, como CNPq e Capes, e o reajuste das bolsas de pesquisa, que já não alcançavam a inflação acumulada, foi congelado, e as bolsas desvalorizadas. Todo ano a história se repete: são cortadas verbas, diversas federais não têm o orçamento necessário nem sequer para pagar os salários e a manutenção das universidades e, em algum momento do ano, o governo faz uma liberação de verbas... apenas para manter as universidades abertas.

O arcabouço fiscal que o próprio governo implementou leva aos cortes, e a reposição orçamentária só impede o pior cenário de fechamento das universidades, enquanto o orçamento geral e da permanência são reduzidos. Ou seja, os cortes não têm a ver apenas com o fato de o Congresso ser inimigo do povo, mas é a concretização da política econômica do próprio governo.

Essa política aprofunda a crise já enfrentada há anos nas universidades, impactando nas despesas com infraestrutura, pessoal (os terceirizados sendo os que mais sofrem com demissões, atraso de salário e precarização ainda maior do trabalho) e com permanência estudantil, afetando bolsas, moradia, RU, transporte etc. Ou seja, ataca os estudantes.

Nestes três anos, a Educação sofreu com cortes sistemáticos.

TAREFA

Derrotar o arcabouço fiscal e construir uma oposição de esquerda ao governo no movimento estudantil

A UNE e as direções do movimento estudantil (UJS/PCdoB, PT, Juventude sem Medo/PSOL) não se posicionam pelo fim do arcabouço fiscal, defendendo apenas a retirada da Educação dele, e são contra enfrentar o governo. Para nós, qualquer medida “pelo alto”, via reitorias ou negociações no Congresso Nacional, significa manter os estudantes presos à lógica do arcabouço fiscal e da governabilidade burguesa. Por isso, nossa aposta é enfrentar o projeto de Lula e as engrenagens do sistema capitalista, unindo a comunidade acadêmica por baixo para lutar em defesa da permanência e da Educação.

Para oferecer uma saída à crise das universidades, o primeiro passo é derrubar o arcabouço fiscal e realizar uma recomposição orçamentária real para as universidades: com ampliação da permanência estudantil e reajuste das bolsas conforme a inflação. Para isso, defendemos parar o pagamento da dívida pública e expropriar as dez maiores universidades privadas, onde está a maioria dos estudantes universitários, enchendo o bolso de bilionários, para acabar com o vestibular e assegurar uma Educação 100% pública, sob controle da comunidade acadêmica, não das reitorias e multinacionais. ■

JORNADA DE TRABALHO

Grandes empresários, imprensa e extrema direita lançam ofensiva contra o fim da escala 6x1

Governo Lula, que antes defendia a medida, agora fala em negociar com os patrões

 **DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO**



Ato unificado pelo fim da escala 6x1

O brasileiro trabalha menos que os trabalhadores de outros países, e isso acontece porque prefere o lazer a botar a mão na massa. Poderia muito bem ser uma corrente de zap do Veio da Havan num grupo bolsonarista, mas foi a manchete de domingo de um dos principais jornais do país, a Folha de S. Paulo. Sem meias palavras, a Folha chamou você de vagabundo e preguiçoso. Uma narrativa delirante que tenta refutar o óbvio.

A verdade é que nunca se trabalhou tanto para receber tão pouco, e o verdadeiro surto de doenças, físicas e psicológicas, só comprova isso.

Só em 2025 o país registrou um aumento de 143% nos casos de afastamento por transtornos mentais, segundo o INSS. No mesmo ano, o Brasil registrou o maior número de afastamentos por doenças relacionadas ao trabalho, mais de 4 milhões. Mas por que a cobertura da imprensa, que trazia à tona a questão das excessivas jornadas de trabalho na esteira do aumento do rechaço popular contra a escala 6x1, de repente virou para chamar o trabalhador brasileiro de vagabundo?

CAMPANHA MUDIÁTICA DA BURGUESIA

Com o início da tramitação das PECs sobre a escala 6x1 na Câmara, as grandes entidades patronais colocaram em prática uma verdadeira campanha de terror e medo. Não é algo novo, o país viu coisa parecida quando houve a conquista da redução de 48 horas de jornada semanais para 44 horas na Constituição de 1988. Viralizou nas redes sociais a famosa manchete de O Globo da época, cravando que o 13º traria o caos no país. Indo mais longe, os escravocratas faziam a mesma coisa quando a escravidão foi abolida no Brasil.

Agora, inundam a imprensa, que vive de seus anúncios, com estudos que apontam para supostos prejuízos bilionários, desemprego e inflação. Um conjunto de mentiras para manter essa escala de semiescravidão.

ATACAR OS LUCROS E PRIVILÉGIOS

É possível e necessário reduzir a jornada sem diminuir os salários

É plenamente possível reduzir a jornada sem diminuir os salários. Impedir que os trabalhadores continuem

adoecendo, garantindo o mínimo de vida além do trabalho, não é privilégio, mas o básico para ao menos frear uma superexploração cada vez mais brutal.

O Brasil tem uma das maiores jornadas do mundo, figurando em quarto lugar entre os 46 países levantados pela OCDE. E quem trabalha mais são justamente os que recebem menos (veja a tabela). Ao mesmo tempo, o custo do trabalho é baixo e vem se reduzindo cada vez mais, fruto do aumento da produtividade junto com a queda dos salários. Segundo o estudo coordenado pelo pesquisador do Cesit, José Dari Krein, entre 2012 e 2019, o custo unitário do trabalho na indústria teve tendência de queda. Só em 2019, houve redução de 3,6%.

Assim, o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho sem redução do salário não vai aumentar o custo do trabalho. Recompõe parte do custo do trabalho nos últimos anos e pode ser bancado pelos lucros dos grandes capitalistas. Logo, não há por que repassar nenhum aumento aos produtos e serviços e provocar inflação.

A grita dos grandes empresários ocorre porque isso vai na contramão do projeto que eles têm para o país. Querem aprofundar a reforma trabalhista, generalizar modalidades cada vez mais precárias como o “trabalho intermitente” (aquele em que o trabalhador fica à disposição do patrão e só recebe as horas trabalhadas) e, no frigidar dos ovos, aumentar a jornada. O modelo que eles querem é o de Milei na Argentina, que está impondo jornadas de 12 horas por dia, 48 horas semanais e a redução pela metade do salário do trabalhador afastado por doença ou acidente.

E AS PEQUENAS EMPRESAS?

As micro e pequenas empresas são responsáveis por 53% dos empregos formais segundo o Sebrae. Elas sim podem ser impactadas pela redução da jornada. Isso, inclusive, é utilizado de forma cínica pelas grandes empresas como argumento contra a medida. Mas o que eles não propõem é redirecionar a montanha de incentivos fiscais para quem de fato precisa. Só em 2025, as grandes empresas receberam R\$ 490 bilhões entre renúncia fiscal e toda sorte de subsídios. Isso equivale a 20% de toda a arrecadação que vai para um pequeno grupo de monopólios. Só 47 grandes empresas receberam R\$ 120 bilhões no ano anterior. Um dos maiores setores beneficiados é justamente o agronegócio, que emprega cada vez menos.

O redirecionamento desses subsídios para as micro e pequenas empresas poderia arcar não só com o fim da escala 6x1, com a redução da jornada, como possibilitaria inclusive o aumento de salários e direitos neste setor.

RAIO X

Quem trabalha mais recebe menos

35,7 milhões trabalham mais de 40 horas semanais;

Trabalhadores com jornadas de até 36 horas ganham em média R\$ 3.593;

Entre 37 horas e 40 horas – R\$ 6.637;

Mais de 40 horas – R\$ 3.195

Dados: Relação Anual de Informações Sociais de 2023 (Rais)

“ÓCIO DEMAIS FAZ MAL”

Extrema direita vai “dar a vida” para barrar o projeto

O presidente do Republicanos, Marcos Pereira, partido de Tarcísio de Freitas, não mediu palavras e disse que “ócio demais faz mal”. “Claro, a pessoa tem que ter lazer, mas lazer demais também, o ócio demais faz mal”, declarou o deputado que “trabalha” de terça a quinta para receber mais de R\$ 46 mil, fora os privilégios.

Já os dois presidentes dos principais partidos de extrema direita no país, Valdemar da Costa Neto (PL) e Antonio Rueda (União Brasil), detalharam a tática para barrar o fim da escala 6×1. Durante um encontro com empresários, Valdemar afirmou que a ideia é travar a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), não deixando a medida ir a voto no plenário. “Vamos dar a vida para isso”, discursou sob aplausos de uma plateia de empresários.

MOTTA ENTREGA PROJETO A PARTIDO CONTRÁRIO AO FIM DA ESCALA

Já o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), numa disputa por visibilidade eleitoral com o governo, anunciou aos quatro ventos o início da tramitação dos projetos na Casa (leia o box). Porém entregou a relatoria ao deputado Paulo Azi, do mesmo União Brasil cujo presidente declarou publicamente que vai “barrigar” o andamento da medida.

A armadilha está aí: ou vão travar a tramitação do projeto ou descaracterizá-lo por completo. Ou até mesmo utilizá-lo para piorar ainda mais a

exploração do trabalhador, com a redução dos salários e a generalização do trabalho intermitente.

Presidente do Republicanos afirmou que “ócio demais faz mal”, referindo-se à escala 6x1

ENTENDA

O caminho das pedras no Congresso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa a PEC 8/25, de Erika Hilton (PSOL-SP), que estabelece uma jornada de 36 horas semanais com escala 4x3; e a PEC 221/19 de Reginaldo Lopes (PT-MG), que também reduz a jornada para 36 horas, mas propõe uma escala 5x2.

Nessa fase, o projeto pode ser modificado até para pior. O deputado Mauricio Marcon (Podemos-RS), por exemplo, propõe uma “PEC da Liberdade”: o trabalhador negocia as horas trabalhadas com o patrão sem nenhum limite.

Após passar pela CCJ, caso seja aprovado o projeto, ela vai para o Plenário, onde precisará ter maioria qualificada para passar (308 dos 513 deputados). Caso passe, vai para a CCJ do Senado, onde, uma vez aprovado, vai para o Plenário e também precisará ter maioria qualificada (49 de 81 senadores). Em caso de mudança, o texto volta para a Câmara.

Se o governo Lula enviar um Projeto de Lei de Urgência, a Câmara e o Senado devem votá-lo no prazo de 45 dias ou a pauta fica totalmente travada.

À LUTA

Cai a máscara do governo, e Lula sai em defesa de “acordo” com empresários

No início do ano, o governo Lula anunciou, principalmente por meio do atual secretário-geral da Presidência, Guilherme Boulos, que o fim da escala 6×1 seria a “prioridade” do governo. Indicou ainda que, após o Carnaval, enviaria um Projeto de Lei de punho próprio para o Congresso Nacional. Agora, aponta que desistiu do projeto. Mais que isso, na terça-feira, 3, Lula, durante a Segunda Conferência do Trabalho, defendeu uma proposta que seja resultado de um “acordo” entre trabalhadores, empresários e governo. “Tanto será melhor para nós se o que sair for o resultado de um acordo entre os empresários, os trabalhadores e o governo”, afirmou.

NÃO TEM DESCULPA

É óbvio que os grandes empresários não aceitarão perder parte de seus lucros e benefícios fiscais para garantir um pouco de descanso aos trabalhadores. A grande maioria, ou 70% da população, é amplamente favorável ao fim da escala 6×1. Ou seja, a questão da “correlação de forças” não é justificativa para um “acordo” no qual o governo já entra com uma proposta rebaixada. Bastaria enviar um PL que o Congresso seria

obrigado a votar com as reivindicações dos trabalhadores e pronto. Quem votasse contra não se reelegeria a síndico do prédio. Não faz isso pois é um governo que ouve e atua não para a classe trabalhadora, mas para os grandes empresários.

Ao mesmo tempo que é preciso enfrentar a ofensiva da extrema direita, não se pode entregar nenhuma confiança no governo Lula. O caminho para o fim da escala 6x1, com redução da jornada sem redução dos salários, é o da mobilização independente da classe trabalhadora. Fora isso, ou vem uma proposta meia boca ou retrocesso maior e mais superexploração.

Bastaria Lula mandar um PL ao Congresso Nacional com o fim da 6x1, reduzindo a jornada para 36 horas sem reduzir os salários

Pejotização: STF pode jogar CLT na lata do lixo

Uma série de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) vem legitimando a chamada “pejotização” do trabalho. Ou seja, uma fraude trabalhista em que o trabalhador é obrigado a abrir um CNPJ e atuar como “prestador de serviços”, mesmo com todos os vínculos trabalhistas. Sem qualquer proteção ou direito.

O procurador-geral da República do governo Lula, Paulo Gonet, enviou parecer ao STF defendendo a pejetização, inclusive afirmando que casos como este devem ser tratados pela Justiça comum, não pela do Trabalho. Caso isso prevaleça, toda a luta pelo fim da 6x1 simplesmente vira letra morta, e todos os trabalhadores serão considerados empreendedores. Uma canetada que será um retrocesso histórico de décadas de lutas.■



Ato pelo fim da escala 6x1

Proposta de federação coloca PSOL diante do espelho



JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO



Presidente Lula e ministro da Secretaria Geral Guilherme Boulos. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

A proposta de federação do PT com o PSOL não é produto de um giro à esquerda do PT. É um passo a mais na adaptação do PSOL ao projeto político petista. Fica mais evidente algo que muitos ativistas honestos do PSOL ainda não percebiam: esse caminho tende a liquidar o próprio PSOL enquanto suposta alternativa ao petismo.

PROJETO DO PT É CAPITALISTA

De um partido que nasceu das lutas operárias e cumpriu um papel relativamente progressivo ao organizar a classe trabalhadora com independência de classe contra a ditadura militar no final dos anos 1970 e 1980, o PT se transformou no partido que mais governou a Nova República, em 17 dos 37 anos desde redemocratização.

Adotou uma política econômica dentro dos limites do receituário neoliberal exigido pelo capital nacional e imperialista, em alianças com setores empresariais e partidos do centrão e da direita. Enquanto aplicava medidas limitadas de combate à pobreza ou pequenos aumentos do salário mínimo, também retirava direitos, precarizava o trabalho e ampliava a carga tributária sobre trabalhadores e setores médios para conceder isenções fiscais aos bilionários. Aprofundou a dependência econômica, a reprimarização e a manutenção dos pilares estruturais da desigualdade social.

Tão ou mais nocivo do que as medidas do governo em si, foi o fato de os governos do PT também contribuírem para desorganizar a luta independente da classe trabalhadora, subordinando-a aos limites da ordem vigente.

PSOL: DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AO LULISMO

O PSOL surgiu em 2005 expressando a ruptura de um setor do funcionalismo público contra a reforma da Previdência do governo Lula. Naquele momento, colocou-se como oposição de esquerda ao governo e ao projeto neoliberal, embora sem um programa revolucionário e socialista.

Em 2022, o PSOL decidiu apoiar Lula já no primeiro turno, algo inédito até então. A direção do partido afirmava que isso não significava integração ao governo. No entanto, quando Sônia Guajajara assumiu como ministra e, mais tarde, Boulos passou a integrar o governo, tornou-se evidente a participação do PSOL na base governista.

O partido que nasceu criticando o lulismo passou a sustentar o governo petista de forma gradual. Não

por acaso, setores da própria esquerda do PSOL passaram a denunciar que o partido estaria se tornando um “puxadinho do PT”.

Repete-se um processo já visto antes: um partido que critica os efeitos do sistema, mas sem romper com ele, acaba adaptando-se cada vez mais à ordem vigente. Ao compartilhar um programa de conciliação de classes e priorizar a ação institucional, o PSOL se tornou refém do próprio processo de institucionalização que alimentou, tendo em Boulos sua expressão mais evidente hoje.

Longe de “puxar o governo para a esquerda”, o PSOL dá um verniz de esquerda para os ataques do governo. Foi o papel de Boulos ao tentar desmobilizar a luta dos indígenas, chamando-os a confiar em um governo aliado da Cargill. A revogação da privatização dos rios não foi obra do PSOL, mas da força da luta que obrigou o governo a recuar. Não se pode “puxar para a esquerda” um governo capitalista de conciliação de classes, a não ser que este rompa com a burguesia.

A CAPITULAÇÃO AO PT NÃO AJUDA A ENFRENTAR O BOLSONARISMO

O crescimento da extrema direita no Brasil também se explica pela desmoralização e pela desorganização produzidas pelos anos de governos do PT. Ao governar dentro dos limites do sistema, o PT ajudou a manter as condições sociais que alimentam o bolsonarismo.

Defendemos a mais completa unidade de ação contra os ataques da extrema direita e do imperialismo. Estaremos na primeira fila contra qualquer tentativa de golpe ou ingerência

imperialista no país. Mas mesmo nessas condições não se pode defender politicamente o PT pela simples razão de que isso não ajuda a disputar a consciência dos trabalhadores para o caminho da independência de classe e do socialismo, inclusive para combater a extrema direita.

O caminho adotado pelo PSOL significa, na prática, defender o governo Lula. Cada vez mais acoplado ao PT, o partido integra o campo político permanente do governo que ataca os trabalhadores, algo muito diferente de uma unidade de ação pontual contra o bolsonarismo ou o imperialismo.

Longe de “puxar o governo para a esquerda”, o PSOL dá um verniz de esquerda para os ataques do governo.

QUE PROGRAMA?

A federação é um salto na submissão do PSOL ao PT

A proposta de federação deixa nítido o projeto defendido por Guilherme Boulos, Sônia Guajajara, Erika Hilton e a Revolução Solidária. Argumenta-se que a federação permitiria acumular forças, superar a cláusula de barreira e enfrentar o bolsonarismo. No entanto, de que adianta ampliar votos se isso significa se adaptar à ordem existente e abandonar os interesses dos trabalhadores?

Apoiar governos nos marcos do sistema e em aliança com o centrão não enfraquece a extrema direita. Ao contrário, preserva as condições do capitalismo que alimentam o bolsonarismo. A federação representa uma subordinação orgânica ainda maior ao PT: não se trata apenas de uma aliança eleitoral no primeiro turno, o que já é grave, sobretudo em uma frente de colaboração de classes, mas de uma integração estrutural, com programa comum, disciplina conjunta e atuação política unificada.

O objetivo dessa ala do PSOL é se cacifar para ser herdeira eleitoral de Lula e do PT. Para isso, precisa se integrar cada vez mais à máquina petista, reproduzindo seu modo de governar em aliança com os grandes capitalistas. Boulos aposta em tornar o PSOL cada vez mais semelhante ao PT. Caso não consiga, ele próprio pode migrar para o PT ou retomar esse projeto mais adiante, com um partido ainda mais adaptado. Não à toa já se especula o que fará se a federação for derrotada.

DUAS QUESTÕES PARA OS QUE SÃO CONTRA A FEDERAÇÃO

Queremos abrir um dialogo fraternal com os companheiros que se opõem à federação. Se for aprovada, coloca-se a questão sobre o que fariam os companheiros que a consideram liquidacionista e um abraço de urso do PT. Poderiam dizer que lutariam para revertê-la internamente, mas isso dificilmente ocorreria diante do crescente nível de adaptação do partido. Então ficaria a disjuntiva entre romper com o PSOL ou continuar nesta organização construindo um projeto que em nada se diferenciaria do projeto do PT.

Nesse cenário, colocamos à disposição a cessão democrática de legenda àqueles que optem por romper com o PSOL e se localizar na oposição de esquerda e de classe ao governo Lula, fortalecendo a luta contra a extrema direita.

No entanto, mesmo que a federação seja rejeitada, permanece o problema central que deu origem a essa proposta. O PSOL já se encontra integrado ao governo Lula e opera dentro dos mesmos marcos estratégicos do PT. A pressão para adaptação continuará existindo. Pode ser inclusive que a decisão não passe agora, mas seja jogada para a frente.

A questão de fundo não é apenas organizativa. É programática. Com um programa que aceita os limites do capitalismo, a ação institucional como prioritária em relação à mobilização e organização política da classe trabalhadora para lutar, com atuação integrada ao governo, o partido tende a se aproximar cada vez mais do petismo, seja por meio de federação, seja pela migração de seus principais quadros. Ou vai se tornando cada vez mais parecido com o PT que dizem querer superar.

QUE PROJETO?

Por que o PSOL percorre este caminho?

A disputa interna que se abriu no PSOL com a federação é uma oportunidade para fomentar o debate sobre os rumos da esquerda e os limites do projeto do PT e do próprio PSOL. O caminho percorrido pelo PSOL deriva de seu projeto original

de partido amplo de oposição ao neoliberalismo, mas dentro dos limites do sistema e do regime vigente, priorizando a ação institucional e eleitoral. Embora se apresente como o partido dos radicais, seu programa nunca foi à raiz dos problemas do país nem da própria experiência que levou o PT a governar dentro da lógica burguesa, tampouco desenvolveu um parlamentarismo revolucionário capaz de impulsionar a organização independente da classe trabalhadora.

Esse projeto é um obstáculo para a construção de uma alternativa de esquerda que supere o PT. O problema não é apenas que o PT errou, mas que seu próprio projeto tende a favorecer os capitalistas e impor retrocessos aos trabalhadores. Superá-lo exige ir além dos limites de seu programa; enfrentar os bilionários e o sistema por meio da mobilização independente da classe trabalhadora e de suas organizações, com um programa socialista contra o regime, o governo do PT que o administra, a extrema direita e o imperialismo. O PSOL apenas recicla, com nova aparência, sem o mesmo enraizamento operário que deu origem ao PT, o antigo modelo petista: uma esquerda com programa capitalista.

A NECESSIDADE DE UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA DE VERDADE

Superar os limites do PT significa fazer oposição de esquerda ao governo e romper com o programa de conciliação de classes. Isso exige enfrentar os grandes capitalistas, os bancos e o agronegócio e defender um projeto que coloque os trabalhadores no poder para mudar o sistema. Sem independência de classe não é possível construir uma alternativa que supere o PT e enfrente de verdade a extrema direita e o imperialismo.

O PSTU defende essa perspectiva. Não é um partido eleitoral voltado à adaptação institucional. Somos uma organização com um programa de transição ao socialismo. Não somos um partido eleitoreiro que faz qualquer coisa para ter mais votos. Vamos disputar a eleição e buscar também ter o máximo de votos possível, mas sem que isso signifique abrir mão do programa. Aos que compartilham dessa visão, fazemos um chamado para construir essa alternativa socialista, operária e revolucionária. ■

O problema não é apenas que o PT errou, mas que seu próprio projeto tende a favorecer os capitalistas e impor retrocessos aos trabalhadores.



O vereador Rick Azevedo (à direita), ao lado dos deputados Erika Hilton e Guilherme Boulos | Foto: Lula Marques / Agência Brasil)

HERTZ DIAS

Uma pré-candidatura revolucionária e socialista para enfrentar as engrenagens do sistema



DA REDAÇÃO



A importância da pré-candidatura de Hertz Dias à presidência da República pelo PSTU é dada pela situação que o Brasil e o mundo se encontram. Trata-se da construção de uma alternativa revolucionária e socialista que busca expressar a necessidade de uma saída independente da classe trabalhadora diante da falsa polarização entre o governo capitalista de conciliação de classes do PT e a extrema direita autoritária.

Professor da rede pública, ativista do movimento negro e rapper, Hertz expressa uma trajetória de luta que nasce nas periferias, nas escolas públicas e nos movimentos populares. Militante histórico do movimento hip-hop e um dos fundadores do Quilombo Urbano no Maranhão, construiu sua

atuação política combinando cultura, organização popular e combate ao racismo.

CONTRA O IMPERIALISMO

Em diversos países, crescem as guerras, as disputas entre potências, a destruição ambiental e os ataques dos diferentes tipos de governos capitalistas. O mundo assiste ao aumento da pobreza, à intensificação da exploração da classe trabalhadora e a conflitos cada vez mais violentos.

Trump e os Estados Unidos atacam vários países para subordinar todos aos seus interesses capitalistas. Atacou a Venezuela e agora ataca o Irã, ferindo a soberania destes países. Estamos pela derrota do imperialismo sem prestar nenhum apoio aos governos também capitalistas e autoritários desses países.

BRASIL CONTINUA DESIGUAL E DESCENDO A LADEIRA

O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. A riqueza produzida pelos trabalhadores segue concentrada nas mãos de um punhado de bilionários, banqueiros e grandes empresários.

Enquanto isso, a maioria da população enfrenta salários baixos, precarização do trabalho, serviços públicos deteriorados e um futuro cada vez mais incerto para a juventude.

GOVERNO LULA SUSTENTA O REGIME E O SISTEMA CAPITALISTA

O governo Lula segue atacando os trabalhadores, governando em aliança com setores da direita e do centrão, preservando os privilégios dos bancos, do agronegócio e das grandes empresas e mantendo intactos os pilares do sistema que produz desigualdade e injustiça social. E aprofunda a submissão do país ao imperialismo.

Mesmo as medidas apresentadas como progressivas são insuficientes para transformar a vida da população. O governo mantém políticas econômicas que priorizam o pagamento da dívida aos banqueiros, preserva mecanismos de ajuste fiscal e não enfrenta os grandes capitalistas responsáveis pela desigualdade estrutural do país.

CONCILIAÇÃO DE CLASSES NÃO AJUDA A DERROTAR A EXTREMA DIREITA

A extrema direita ainda é uma força política importante. O bolsonarismo busca canalizar o caos social para uma saída autoritária e ainda mais subordinada aos interesses do grande capital. Defende mais repressão, mais retirada de direitos e uma submissão ainda mais aberta ao imperialismo.

Por mais que vários setores da esquerda justifiquem o apoio ao governo do PT em nome do combate à extrema direita, temos um governo nos marcos do sistema capitalista, que ataca os trabalhadores, que favorece a desmoralização e desorganização da classe e alimenta o sistema que faz brotar a extrema direita.

MANIFESTO

É preciso romper com o imperialismo e as engrenagens do sistema

O manifesto lançado pelo PSTU apresenta medidas urgentes para enfrentar os ataques aos direitos e atender às necessidades dos trabalhadores do campo e da cidade, dos povos originários e tradicionais, em defesa do meio ambiente e pelo enfrentamento a todas as formas de opressão. Enfrentar os problemas

estruturais do país exige romper com o capitalismo e com um modelo econômico subordinado ao imperialismo e controlado por grandes monopólios, responsável pela superexploração, pela precarização e pela exclusão de milhões de trabalhadores, especialmente jovens negros e pobres. Não há combate real à violência, à desigualdade e à decadência nacional sem enfrentar este sistema.

POR UM GOVERNO DA CLASSE TRABALHADORA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS, QUILOMBOLAS, MULHERES E JUVENTUDE POBRE E NEGRA, SEM CAPITALISTAS

A pré-candidatura de Hertz Dias surge como uma ferramenta para fortalecer uma alternativa que defenda uma revolução socialista, acabando com o poder dos bilionários.

A atual democracia funciona como uma democracia dos ricos, na qual grandes empresas e o sistema financeiro determinam os rumos da política enquanto, aos trabalhadores, resta apenas votar periodicamente em representantes que governam em aliança com os mesmos setores que exploram o país. A extrema direita busca aprofundar esse cenário com autoritarismo e atacando as poucas liberdades democráticas que existem.

Assim, a alternativa dos trabalhadores não pode se limitar à lógica institucional do sistema. Enquanto o PT e o PSOL mantêm alianças com setores da burguesia, a mudança real exige organização independente, luta e mobilização da classe trabalhadora. ■

Leia o Manifesto na íntegra

CLIQUE AQUI